



**SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
COMITÊ TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO DA JUSTIÇA FEDERAL – CTCI-JF**

ATA DA 61ª REUNIÃO DO CTCI-JF

DATA : 9/11/2020
LOCAL : PLATAFORMA TEAMS
HORÁRIO : 15 às 17 HORAS

Participantes:

- Eva Maria Ferreira Barros

Secretária de Auditoria Interna
Conselho da Justiça Federal
Presidente do CTCI-JF

- Marília André de Meneses Graça

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Membro do CTCI

- Raphael Junger

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Membro do CTCI

- Patrícia Ribeiro

Diretora da Secretaria de Auditoria Interna
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Membro do CTCI

- Wolfgang Striebel

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna
Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Membro do CTCI

- Sídia Maria Porto Lima

Diretora da Subsecretaria de Auditoria Interna
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Membro do CTCI

- Angelita da Mota Ayres Rodrigues

Subsecretária de Auditoria de Governança e de Gestão
Secretaria de Auditoria Interna
Conselho da Justiça Federal

- Roberto Junio dos Santos Moreira

Subsecretário de Auditoria de Licitações, Contratos e de Pessoal
Secretaria de Auditoria Interna
Conselho da Justiça Federal

- Roberta Bastos Cunha Nunes
Assessora Técnica
Secretaria de Auditoria Interna
Conselho da Justiça Federal

TEMA	OBJETIVOS	DELIBERAÇÕES
<u>Abertura</u>		<p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando que foram encaminhados e-mails e incluídos mais dois itens na pauta.</p> <p>Aproveitou a oportunidade para informar que esta Secretaria está incluindo no Plano Anual de Auditoria de 2021 duas auditorias em TRFs, precisamente aquelas que não puderam ser realizadas em 2020 em razão da pandemia. Informou, ainda, que não serão incluídas, no PAA 2021, auditorias nas Seções Judiciárias, estas poderão ser objeto de auditorias conjuntas, caso o TRF solicite a participação deste Conselho ou se, eventualmente, houver determinação superior para a realização de auditoria especial.</p>
Tema: Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal	Objetivo: Discutir a minuta de Programa de Qualidade de Auditoria da Justiça Federal	<p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF comunicou que não foi possível o encaminhamento de uma nova minuta do PQA, conforme acordado na reunião anterior, em função de demandas urgentes, mas que tão logo se conclua, esta será disponibilizada aos membros do Comitê. Comunicou, também, que estão sendo feitas pesquisas em outros modelos de programas de qualidade de alguns órgãos públicos. Na opinião do Secretário de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o PQA deveria ser mais simples e enxuto. A Secretária de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 1ª Região ressaltou ser importante utilizar a metodologia IA-CM, e, pela avaliação feita naquele Tribunal, todos os TRFs e o Conselho estão no nível 2. A ideia seria iniciar o PQA de acordo com esse nível de maturidade, posição com a qual os demais membros concordaram.</p>

<p>Tema: Providências tomadas pelo Conselho da Justiça Federal e pela Justiça Federal de primeiro e segundo graus quanto às recomendações exaradas no Acórdão n. 1.745/2020 – TCU – Plenário</p>	<p>Objetivo: Solicitar informações complementares àquelas já encaminhadas pelos Tribunais Regionais Federais, tais como as providências tomadas pelas Seções Judiciárias a eles vinculadas</p>	<p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF agradeceu o encaminhamento das informações pelos tribunais e solicitou ao Secretário de Auditoria Interna do TRF da 4ª Região informações sobre as Seções Judiciárias. Ele se prontificou a enviá-las. Acrescentou, a Secretária, que as informações serão incluídas no processo respectivo, e enviadas para conhecimento do Secretário-Geral deste Conselho.</p>
<p>Tema: Diagnóstico da estrutura das unidades de Auditoria Interna da Justiça Federal</p>	<p>Objetivo: Solicitar informações complementares àquelas já encaminhadas pelos Tribunais Regionais Federais quanto ao diagnóstico, tais como as estruturas e as quantidades de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas nas unidades de Auditoria Interna das Seções Judiciárias a eles vinculadas</p>	<p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF agradeceu o encaminhamento das informações já enviadas, e solicitou à Secretária de Auditoria Interna do TRF da 1ª Região que enviasse as informações sobre as estruturas do próprio Tribunal e das Seções Judiciárias a ele vinculadas, Ela se prontificou a enviá-las.</p> <p>Na oportunidade, informou que todos os membros do Comitê terão acesso ao processo que trata deste assunto. Consignou, ainda, que as informações encaminhadas serão consolidadas e, eventualmente, poderá haver a necessidade de solicitar aos TRFs dados adicionais para inclusão no referido diagnóstico.</p>

<p>Tema: Notícia sobre as minutas de Resolução relativas à atividade de Auditoria Interna</p>	<p>Objetivo: Apresentar o andamento dos processos que tratam das minutas de Resolução relativas à atividade de Auditoria Interna (Resoluções que dispõem sobre as diretrizes de funcionamento do Sistema de Auditoria Interna da Justiça Federal e sobre o Comitê Técnica de Auditoria Interna, sobre o Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do CJF e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e sobre a instituição do Programa de Qualidade em Auditoria do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus).</p>	<p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF comunicou aos membros do CTCI que está prevista a inclusão na pauta da sessão virtual da próxima semana, as minutas de resolução do Estatuto e do Sistema de Auditoria Interna. A minuta do PQA provavelmente será apreciada na sessão de final de novembro.</p>

<p>Tema: Estatuto da Atividade de Auditoria Interna – Sugestões de alterações</p>	<p>Objetivo: Apresentar as sugestões de alterações, enviadas pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na minuta de resolução que trata do Estatuto da Atividade de Auditoria Interna do CJF e da JF de 1º e 2º graus.</p>	<p>Os membros do CTCI apreciaram sugestões, encaminhadas à Presidência do CJF pela Presidência do TRF da 3ª Região, proveniente da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, para alteração da minuta de resolução que trata do Estatuto (na ementa e no art. 113).</p> <p>No que diz respeito à alteração na ementa, a Secretária de Auditoria Interna do CJF argumentou que, de acordo com as técnicas legislativas, a ementa deve guardar relação com o primeiro artigo da norma, que deve conter o seu objetivo principal, o seu escopo e a sua abrangência. Assim, se a ementa for alterada, isso implica que o art. 1º também terá que ser alterado. Opinou que a atual redação da ementa deveria ser mantida. Os demais membros do CTCI concordaram com a manutenção da atual redação da ementa.</p> <p>Com relação ao art. 113, <i>caput</i>, e parágrafo único, questionou se todos concordam com as alterações sugeridas. Os membros do CTCI, por unanimidade, consideraram desnecessárias as alterações propostas.</p> <p>No que diz respeito à minuta do Estatuto, o Secretário de Auditoria Interna do TRF2, tendo em vista a proximidade do término do exercício de 2020 e a dificuldade de aplicar determinados dispositivos da norma ainda em 2020, como por exemplo a aprovação do Plano Anual de Auditoria pelo órgão colegiado, propôs que a minuta de resolução seja alterada, de modo a prever que a resolução entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. Os membros do CTCI aprovaram, por unanimidade, essa alteração do Estatuto, referente à entrada em vigor em 2021.</p>
--	--	--

<p>Tema: Contratação conjunta de cursos específicos de auditoria pelos TRFs e CJF</p>	<p>Objetivo: Discutir a possibilidade de incluir no Plano Anual de Capacitação do CJF e dos TRFs cursos que poderão ser realizados de forma conjunta.</p>	<p>Os membros do CTCI discutiram, por sugestão do Secretário de Auditoria Interna do TRF2, a possibilidade de inclusão, no Plano Anual de Capacitação do CJF, de cursos que possam ser realizados de forma conjunta, pelos servidores das unidades de Auditoria Interna do CJF, dos TRFs e das Seções Judiciárias.</p> <p>O Secretário de Auditoria Interna do TRF2 disse preocupar-se, principalmente, com a exigência de certificações em auditoria, já que os cursos oferecidos pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA são muito caros.</p> <p>A Secretária de Auditoria Interna do TRF1 sugeriu que, em vez de certificação, fosse demandada, para realização conjunta, a contratação de curso básico de formação de auditores, conforme exigido pelo art. 69, parágrafo segundo, da Resolução CNJ n. 309. Os membros do CTCI, por maioria, concordaram com essa sugestão.</p> <p>A Secretária de Auditoria Interna do CJF, diante dessa sugestão, solicitou que todos os membros do CTCI formalizem os pedidos de capacitação e os encaminhem ao CJF, até dia 13/11/2020, contemplando o número de servidores a serem treinados na respectiva Região e as justificativas para a demanda.</p> <p>Ficou acordado que o escopo do curso será elaborado pelos membros do Comitê.</p> <p>Afirmou, a Secretária de Auditoria Interna do CJF, que irá incluir no Plano de Capacitação do CJF a referida solicitação, mas tudo vai depender da disponibilidade orçamentária.</p>
--	--	--